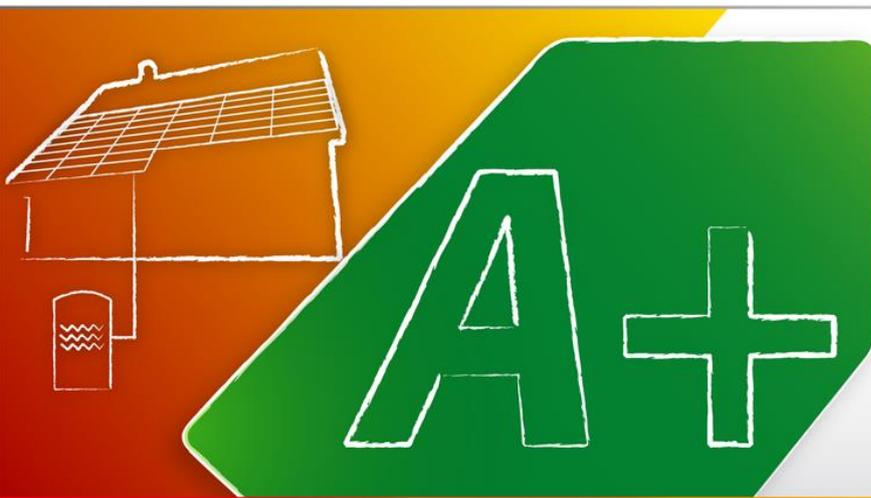




This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

Plataforma de Stakeholders Portuguesa



Ata da 2^o reunião da
Plataforma de
Stakeholders Portuguesa
29 de novembro 2016



SUMMARY

The second Portuguese NSP meeting was held on the 29th of November 2016, at the City of Lisbon Foundation and, beside ADENE, DECO and APISOLAR, eight entities were represented.

This second meeting aimed at presenting the activities developed by the Portuguese Consortium so far, as well as to present the activities foreseen for 2017 and get the stakeholders feedback on the project and on the status of deployment of the heating labelling at the national level.

A brief introduction was made. All over Europe the biggest brands are the ones responding more positively to the labelling obligation, namely by offering pre-assembled heating kits to the market, already presenting an energy label. The smaller brands, also in Portugal, still present some doubts, namely on how the process develops, where to perform the tests, where to issue the label, who is responsible for what, etc. A common point is the lack of surveillance by the European authorities regarding the heating label, especially the customized package label.

In Portugal the Energy Efficiency Fund launched, between June and November 2016, a call to support the acquisition of water heating systems. To get the funding the proposals ought to present the package energy label, what rose the market's awareness on this obligation.

Following this, DECO Proteste presented the results of the market surveillance campaign held between September and October 2016 to assess the market's adoption of the heating label. Within the campaign 50 shops and 13 online sales websites were visited. From the 50 shops visited, in 14 the large majority of the heaters presented the energy label, in 29 some of the heaters had the label and in seven none of the heaters had a label. In total 719 heaters were analysed and 58% of these displayed the energy label. On the online shops only two presented the energy label for the majority of the heaters, while in six none of the heaters presented the energy label. Patterns regarding specific heaters and retail shops chains were pursued but not identified, meaning that the shops managers are the ones responsible for the energy label display or not. This fact highlights the need to reinforce communication at this level, which is one of the activities foreseen by the LPA+ consortium for 2017.

The results of this campaign will be sent to ASAE, the Portuguese market surveillance entity and to APED, the Portuguese dealers association.

During the discussion AFIQ pointed out that, despite the importance of this campaign, the package label compliance was not assessed, and that a campaign to get this information would be critical to evaluate how the package label is being deployed.

DECO also presented the results of the online survey carried out between May and September to consumers. The results indicate that 63% of the consumers already consults the energy label when purchasing a new electric equipment. 68% of the respondents stated to know which indicator is



presented in the label, and detailed their answer as regarding the equipment's energy consumption. 75% claimed not to know how to estimate the costs of using the equipment using the information presented in the label. As for the main sources of information 37% responded the suppliers and installers and 28% the internet. Specifically regarding the heating label 45 and 50% respectively stated to be aware of the existence of the space and water heaters label. 33% responded positively to the package label and 86% of the inquiries claimed to know that the water heating pictogram regarded the water heating capacity.

The activities developed by the Label Pack a+ consortium were presented, trainings with professionals, awareness activities for consumers, workshops, articles in technical and general media, etc. The results achieved so far were also presented:

Activity	Goal		Results so far	
	Nr. Actions	Participants	Nr. Actions	Participants
Public entities	8-10	50	5	52
System designers	3	45	3	40
Installers	15	150	8 + 3	173 + 70
Sellers (retail)	12	120	In evaluation	
Consumers (diret)	6	120	18	433

As for 2017, the activities to deploy will evolve around the professionals' trainings, namely targeting the public entities and installers. An effort will also be pursued regarding dealers, entailing a partnership with APED to cooperate in the contact to their associates. The energy labelling manual will also be published and will be the pillar for the deployment of many of the activities, for professionals and consumers. As for installers the trainings will focus on the presentation of the user's area and the possibility to define their specific product database.

During the discussion some of the stakeholders, namely AIPOR, the installers association, stressed the need to continue the training actions and endorse new communication channels to raise the installers awareness on the package label, AGEFE raised the issue on how to evaluate how important and effective is the package label for the consumers and installers, how to evaluate if this tool has brought some added value to the heating market and if the added administrative burden is effectively worse it. It's a challenge to assess this.

Finally DGEG resumed the main points under discussion regarding the energy labelling directive.



This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

AGENDA

9h30	Receção dos participantes	
		Ana Tapadinhas – Diretora Geral DECO
9h45	Boas vindas	Joana Fernandes – Direção de Edifícios ADENE João Carvalho – Presidente APISOLAR
10h15	Introdução dos participantes	Todos
	Estado de implementação da etiquetagem	
	O projeto LabelPackA+	Joana Fernandes (ADENE)
10h30	. Objetivos	Valter Sousa (DECO)
	. Ferramentas e recursos	Fátima Martins (DECOPROTESTE)
	. Atividades desenvolvidas	Vanessa Borges (APISOLAR)
11h15	Coffee-break	
	O projeto LabelPack A+	Joana Fernandes (ADENE)
11h45	. Atividades para 2017	Valter Sousa (DECO)
	. Envolvimento dos stakeholders nacionais	Vanessa Borges (APISOLAR)
12h30	Discussão e sugestões	
13h00	Final da Sessão	

RESUMO

A segunda reunião da Plataforma Nacional de Stakeholders do Projeto LabelPackA+ decorreu no dia 29 de novembro na Fundação Cidade Lisboa. Além da ADENE, DECO e APISOLAR marcaram presença outras 8 entidades neste órgão consultivo.

Esta segunda reunião teve como objetivo principal dar a conhecer o primeiro ano de implementação da etiquetagem energética de equipamentos de aquecimento ambiente e de produção de águas quentes sanitárias. Foram também apresentadas as atividades e materiais desenvolvidos até à data e projetados as iniciativas previstas para 2017. A Diretora Geral da DECO, Ana Tapadinhas deu as boas vindas aos participantes, destacando a importância da comunicação com o consumidor e a mais-valia



This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

do projeto poder contar com esta rede de stakeholders o que permite alavancar as iniciativas de um modo ímpar. Por último realçou a importância da etiqueta energética enquanto uma importante ferramenta de informação para o apoiar o consumidor na escolha do equipamento mais eficiente, com benefícios para a redução da fatura do agregado familiar e também para o ambiente.

De seguida também o Presidente da APISOLAR, João Carvalho, deu as boas-vindas, sublinhando o importante trabalho que já foi desenvolvido em 2016, nomeadamente ao nível da formação dos profissionais do setor, e dos desafios que o sector enfrenta e que são uma oportunidade para as atividades a desenvolver em 2017.

Por último Joana Fernandes, agradeceu, em nome da ADENE, a presença de todos e deu início à apresentação do estado de implementação da etiquetagem energética de aquecimento na Europa e em Portugal.

Na Europa o sentimento geral é de que a etiquetagem energética tem sido mais facilmente apropriada pelas grandes empresas, inclusive no que diz respeito às empresas que oferecem toda a gama de produtos de aquecimento e que conseguem assim definir sistemas pré-fabricados que são oferecidos ao consumidor como kit. As empresas mais pequenas, nomeadamente em Portugal, ainda têm algumas dúvidas sobre a etiquetagem, as suas responsabilidades, onde devem fazer os ensaios, como emitir a etiqueta e que ferramentas estão disponíveis. Um ponto transversal a todos os países tem sido a questão da fiscalização, ou ausência da mesma, o que não promove o cumprimento da legislação por parte dos diversos atores que sentem que o não cumprimento fica por ora impune.

No contexto nacional, a ADENE apresentou um dos mais recentes programas de apoio à aquisição de sistemas de preparação de água quente, o FEE – Fundo de Eficiência Energética, no âmbito do qual se apoiava a aquisição de sistemas ou produtos de preparação de água quente. O FEE recebeu propostas de incentivo entre Julho e Novembro de 2016 em três vertentes: sistemas solares térmicos que utilizassem como apoio equipamentos existentes (exigia-se a simulação da etiqueta energética do sistema sendo que a classe energética mínima deveria ser A); sistemas de preparação de água quente integralmente novos (a etiquetar de acordo com a regulamentação em vigor e classe energética mínima de A+) e aquecedores de água (de classe mínima A). Foram rececionadas perto de 1000 candidaturas, sendo que a ADENE apoiará o FEE na avaliação das mesmas o que deverá acontecer no primeiro trimestre de 2017.

De seguida a colega da DECO Proteste, Fátima Martins, apresentou o estudo de mercado levado a cabo entre setembro e outubro de 2016 em que foram visitadas 50 lojas de eletrodomésticos e 13 lojas online com o objetivo de verificar se a etiqueta energética de aquecimento está a ser apresentada, e se sim, se acordo com os requisitos do regulamento. Das lojas avaliadas, em 14 a grande maioria dos produtos apresentava etiqueta energética, em 29 alguns dos produtos apresentavam etiqueta e em 7 lojas nenhum produto estava etiquetado. No total foram avaliados 719 aparelhos, dos quais 415 tinha a etiqueta afixada (cerca de 58%). Um dos produtos avaliados foram os esquentadores e de entre os



434 produtos controlados, apenas 236, cerca de 54%, apresentava etiqueta energética. Outro produto controlado foram os termoacumuladores, dos quais de entre 285 cerca de 179, 63% apresentavam etiqueta energética. Relativamente às 13 lojas virtuais analisadas, nenhuma apresentava a etiqueta energética para todos os produtos e só duas o faziam para a maioria, sendo que em 6 lojas virtuais nenhum dos produtos apresentava etiqueta energética.

Das várias lojas físicas visitadas, algumas pertenciam à mesma cadeia de lojas, sendo que nem sempre a mesma cadeia de lojas revelou um comportamento idêntico no que concerne à exibição da etiqueta energética, o que leva a concluir que as etiquetas são muitas vezes distribuídas pelos fornecedores, mas a exibição das mesmas depende da gestão do estabelecimento. A equipa da DECO Proteste procurou também identificar um padrão de exibição, ou não, da etiqueta em determinados produtos, algo que não se verificou, ou seja, não há notoriamente uma marca de produtos ou um produto que nunca apresente a etiqueta energética. Esta evidência leva à conclusão clara de que é necessário trabalhar com as lojas, disponibilizando formação aos responsáveis, para que cumpram para com as obrigações de distribuidor e disponibilizem a etiqueta energética. Este é aliás um dos pontos do plano de ação do consórcio do Label Pack A+ em Portugal, que procurará, em 2017, trabalhar este tema com distribuidores e retalhistas.

Uma conclusão óbvia é a falta de fiscalização. Este estudo corrobora o que o consórcio já identificou um pouco por toda a Europa e que é o tema da etiquetagem energética não ser uma prioridade para as entidades responsáveis pela vigilância e fiscalização de mercado.

De seguida alguns dos presentes colocaram algumas questões:

Paulo Couto, representante da AFIQ

- A marcação CE foi verificada?
Não foi verificada a apresentação da marcação CE.
- Questionaram a loja do porquê da não exibição de etiquetas em alguns produtos?
Não. Uma vez que se pretendia o anonimato da campanha, entendeu-se não questionar nesta fase.
- Procuraram também a ficha de produto?
Sim. Nas lojas físicas é muito complicado pedir esses elementos numa campanha anónima. Nas lojas virtuais também foram pesquisadas e, embora ainda não tenha sido concluída a análise dos resultados, foram detetadas fichas de produto noutras línguas que não a Portuguesa e muitas apresentavam falta de informação.
- Têm conhecimento de campanhas semelhantes levadas a cabo pelas congéneres da DECO na Europa?
Não. A DECO Proteste vai entrar em contacto com a BEUC para dar a conhecer os resultados da campanha.
- A AFIQ referiu ainda que, pese embora a relevância deste estudo e dos resultados, não foi analisada a situação das etiquetas de sistema customizado, que é de fato a grande novidade e dificuldade desta regulamentação.



- Relembrou também que a etiqueta de sistema não apresenta consumos, kWh/ano, ou seja, que por si, não transmite nenhuma informação quantificada ao consumidor que lhe permita traduzir a eficiência do sistema em €, e esse é um ponto importantíssimo quando se quer explicar a etiqueta ao consumidor de um modo simples e com ligação à sua realidade.

Laura Carvalho, representante da QUERCUS

- Foram comunicados os resultados às lojas visitadas?
Não. Os resultados foram comunicados à ASAE e à APED. A ADENE referiu também que já agendou uma reunião com a APED para apresentar o projeto em detalhe e procurar, em colaboração com esta entidade, trabalhar o tema da etiquetagem energética junto dos seus associados.
- A QUERCUS partilhou ainda um pouco da sua experiência neste tipo de campanhas, nomeadamente realizadas ao abrigo dos projetos ComeOn Labels, Market Watch e Topten, realçando a importância de partilhar os resultados com as lojas e disponibilizando apoio para que as mesmas saibam como cumprir com a legislação e reforçou também a importância de trabalhar com os fabricantes para que disponibilizem os diversos elementos aos seus distribuidores, sendo que é comum nas lojas virtuais os distribuidores alegarem que os fabricantes não lhes disponibilizam a ficha de produto em formato digital.

De seguida o colega da DECO apresentou os resultados do questionário relativo à etiqueta energética de aquecimento, questionário que decorreu entre Julho e Setembro de 2016 e que foi respondido por 210 consumidores, 63,8% dos quais do sexo feminino e 43,8% com idade compreendida entre os 30 e os 45 anos.

Dos inquiridos 69% afirma que consulta sempre a etiqueta energética aquando da compra de algum equipamento e 23,3% afirma que consulta a etiqueta quase sempre. Sobre que parâmetro é avaliado na etiqueta, cerca de 68% afirmou que sabe que parâmetro é e, no campo de resposta manual, a totalidade das respostas estava relacionada com energia. Cerca de 75% dos inquiridos responderam também que não têm o hábito de calcular os custos de utilização do equipamento com base na informação disponibilizada pela etiqueta, sendo que 34,3% não sabem como o fazer. As lojas físicas continuam a ser preferenciais para a aquisição de equipamentos com 89% das respostas, essencialmente pela relação de confiança estabelecida com a loja e pela proximidade com a habitação. Como aspeto chave na aquisição de um equipamento de aquecimento os inquiridos destacaram o consumo de energia, 34% e a classe energética, 27,6%. O preço foi destacado por 13,8% dos inquiridos. As principais fontes de informação na compra de equipamentos são os fabricantes e instaladores, a internet e as associações de consumidores, respetivamente 37,1%, 27,6% e 16,2%. Especificamente sobre a etiqueta dos equipamentos de aquecimento, 45 e 50% afirmou já conhecer a etiqueta energética dos equipamentos de aquecimento ambiente e dos de aquecimento de água respectivamente. A existência de etiqueta de sistema é também do conhecimento de 33% dos inquiridos. A capacidade de carga dos aquecedores de água é também facilmente perceptível pelos



consumidores, com cerca de 85,7% a responder que o pictograma da torneira com a letra representa a quantidade de água que o equipamento consegue aquecer. Por fim, os pictogramas relativos ao mapa de temperaturas e de radiação solar são identificados correctamente apenas por 53 e 37% dos inquiridos.

Seguiu-se a apresentação das atividades desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2015/ano de 2016 pelas três entidades, sendo de realçar a apresentação das ferramentas e materiais desenvolvidos pelo consórcio, desde logo a ferramenta de cálculo da classe e emissão da etiqueta energética de sistemas customizados, as apresentações técnicas utilizadas nas formações dos instaladores e profissionais da área e as brochuras dedicadas aos profissionais e consumidores.

Das atividades destacam-se o número de ações de formação organizadas e o número de profissionais que as frequentaram, bem como o número de consumidores que estiveram presentes nas sessões organizadas pela DECO.

Objetivo		Resultado		
Actividade	Nr. Ações	Participantes	Nr. Ações	Participantes
Entidades Públicas	8-10	50	5	52
Projetistas	3	45	3	40
Instaladores	15	150	8 + 3	173 + 70
Vendedores (retalho)	12	120	Em avaliação	
Consumidores (direto)	6	120	18	433

Foi ainda apresentado o panorama do consórcio em termos do número de etiquetas de sistemas emitidas a partir da ferramenta online do Label Pack A+, sendo que Portugal se destaca positivamente com cerca de 914 etiquetas emitidas, o que representa perto de 50% da meta proposta de 2100 até Fevereiro de 2018.

Para 2017 as atividades centrar-se-ão na edição do Manual da Etiqueta Energética vocacionado para profissionais que contactam com o consumidor. Este Manual é um documento que abrange todas as etiquetas em vigor, não se debruçando exclusivamente sobre a etiqueta de aquecimento por se entender que o mercado necessita ainda de ganhar conhecimentos mais transversais ao processo de etiquetagem e que, como tal, um Manual exclusivamente dedicado à etiqueta de aquecimento não atrairia atenção e não responderia a questões primárias sobre etiquetagem energética. O Manual será



editado no início de 2017 e continuará a ser a base das formações que têm vindo, e vão continuar a ser, desenvolvidas em parceria com a Direção Geral do Consumidor e os Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo. Como mencionado anteriormente será também avaliada a possibilidade de, em cooperação com a APED, contactar os associados desta entidade para disponibilizar informação sobre a etiquetagem de aquecimento e a correcta apresentação da etiqueta e ficha de produto em loja, bem como explicar o processo de emissão da etiqueta de sistemas.

A APISOLAR continuará a organizar sessões de formação vocacionadas para instaladores, com enfoque na nova área privada em que os profissionais podem criar e gerir a sua própria base de dados de produtos, sendo que é possível e positivo organizar algumas sessões em parceria com as associações do sector, nomeadamente a AIPOR e a APCER.

Do lado do consumidor a DECO continuará a promover ações de informação e esclarecimento com presença em eventos públicos e organização de sessões para o público em geral e em escolas.

No período de diálogo a APIRAC informou que lançou recentemente um inquérito aos seus associados para reportarem como é que o mercado está a adotar esta regulamentação. Referiu ainda que iniciativas que promovam a etiquetagem voluntária das soluções de aquecimento existentes pode ser interessante para aumentar o conhecimento da eficiência/ineficiência dos sistemas instalados e assim promover a instalação de novos equipamentos.

A AIPOR também referiu que a falta de conhecimento dos profissionais e dos consumidores é ainda uma realidade, pelo que ainda se tem que investir ao nível da formação dos profissionais e informação dos consumidores. Aliado a esta falta de informação, a falta de fiscalização promove a não adoção da regulamentação no tempo definido, pelo que dever-se-ia promover junto do Ministério da Economia que tutela a área da energia, o apelo para que outras entidades, nomeadamente a própria ADENE e/ou a APA possam apoiar os processos de fiscalização.

A AGEFE lançou para a discussão duas notas muito relevantes que se prendem com a avaliação da mais-valia da etiqueta energética de sistemas de aquecimento para consumidores e profissionais. Como é que se faz este levantamento e se percebe de facto a mais-valia deste instrumento é um desafio. O ideal seria contactar diretamente com os consumidores que estão em fase de aquisição ou que adquiriram recentemente um sistema de aquecimento. É um desafio que fica lançado ao consórcio Português.

A Direção-Geral do Consumidor manifestou o seu interesse e disponibilidade em continuar a participar ativamente neste projeto, dinamizando e ajudando a promover ações de formação junto da sua rede de parceiros.

Por fim, a DGEG, descreveu sinteticamente o processo de revisão da Diretiva de Etiquetagem Energética que está em curso. As grandes linhas que se pretende alterar são:



This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

- a passagem de diretiva a regulamento,
- o regresso à escala de classes entre a e G, em que as classes superiores ficassem despovoadas nos primeiros anos para motivar o mercado a desenvolver soluções mais eficientes,
- a criação de uma base de dados de produto, em que cada fabricante é responsável por registar as características técnicas do produto.

A proposta de revisão está em análise pelo trio: Parlamento, Comissão e Conselho Europeus e propõe que o processo de adequação seja um processo dinâmico, com prazos distintos de revisão de acordo com a tipologia de produto.

Como nota final ficou o pedido do consórcio de sugestões para novas atividades que os stakeholders considerem interessantes neste contexto e a total disponibilidade dos parceiros DECO, APISOLAR e ADENE para participar em iniciativas que visem contribuir para a promoção da adoção da etiquetagem energética de aquecimento.



This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

PRESENCAS



LabelPack^{A+}

2ª Reunião de Stakeholders Nacional

29 de novembro de 2016

LISTA DE PRESENCAS

Nome	Entidade	Assinatura
Ana Tapadinhas	DECO	
Fernanda Santos	DECO	
Valter Sousa	DECO	
Joana Fernandes	ADENE	
Manuel Casquicho	ADENE	
Silvino Spencer	ADENE	
João Carvalho	APISOLAR	
Vanessa Borges	APISOLAR	
Fátima Martins	DECO PROTESTE	
Sónia Passos	DGC	
Paula Gomes	DGEG	
Maria João Carvalho	LNEG	
Daniel Carvalho <i>2.13</i>	AGEFE	
Laura Carvalho	QUERCUS	
Nuno Roque	APIRAC	
Paulo Couto	AFIQ	
Joaquim Meneses	AFIQ	
Manuel Guimarães	AIPOR	
Alberto Gaspar	AIPOR	
Diana Gomes	APIRAC	
Rita Martins	APIRAC	

Organização:



AGÊNCIA PARA A ENERGIA



APISOLAR



This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 649905

FOTOS



CONTACTOS CONSÓRCIO PT

ADENE: Joana Fernandes – joana.fernandes@adene.pt

APSIOLAR: Vanessa Borges – project.manager@apisolar.pt

DECO: Valter Sousa - vsousa@deco.pt